

CONVOCAÇÃO 078/2023 Processo Seletivo

A Prefeitura Municipal de Itapema SC, torna pública a presente convocação para os cargos descritos na tabela abaixo.

CRONOGRAMA PARA ESCOLHA DE VAGAS

Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Endereço: Av. João Francisco Pio, 482, Canto da Praia, Itapema SC

Data da Escolha de Vaga	Horário	Cargo	
22/06/2023	10:00	Agente de preparação de Alimentos	
22/06/2023	10:05	Auxiliar de Sala	
22/06/2023	10:15	Professor de Educação Infantil	
22/06/2023	10:25	Professor de Inglês	

PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS NO RH

Local: Dpto de RH - Av. Nereu Ramos Nº 134, junto a Pref. Municipal

DATA	HORÁRIO
22/06/2023	das 13:30 as 17:00 horas
23/06/2023 e 26/06/2023	Das 09:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO MÉDICO DO TRABALHO NO RH - (Exame Admissional)

3ª Feira - das 09:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas

5ª Feira - das 09:00 as 12:00 horas

6ª Feira - das 13:00 as 17:00 horas

ORIENTAÇÕES:

Os candidatos deverão entregar os documentos no RH, Somente após a Escolha de Vagas e com o Formulário de Encaminhamento emitido pela Secretaria de Educação.

- > APRESENTAR NO RH OS DOCUMENTOS ORIGINAIS COM CÓPIA LEGÍVEL;
- > O RH NÃO FARÁ CÓPIAS e SÓ SERÁ ACEITO DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.



QUADRO DE CONVOCADOS

CARGO	CL	NOME	EDITAL
991222 - AGENTE DE PREP. DE ALIMENTOS	22	MARTA DA SILVA FERREIRA BEZERRA	020/2022

CARGO	CL	NOME	EDITAL
991202 - AUX. DE SALA	2449	ANA CLAUDIA ZANETI PEREIRA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	245º	SANDRA BAUER	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	246º	PRISCILA APARECIDA GEBIEN	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	247º	MARIA GISLAINE OLIVEIRA DINIZ	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	2489	LARISSA PEREIRA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	249º	WILLIAN DO NASCIMENTO	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	250º	SOLANGE MARIA DA SILVA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	251º	CRISTIANE VEIGA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	252º	ALIETE DANTAS BERSANI	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	253º	SANDRA REGINA MARTINS SCHISSI	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	254º	MARISA PEREIRA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	255º	ANA PAULA PINHEIRO MONTEIRO	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	256º	JESSICA THAIANE REBELO	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	257º	VALERIA FATIMA DE MELO CRISTOFOLINI	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	258º	BRUNA FERNANDA SA DA ROSA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	259º	TAYANE DE MELO KINDLREIN	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	260º	ELISANGELA MONTEIRO DOS SANTOS MAKHOUL	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	261º	MICHELE MALAQUIAS DA COSTA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	262º	ALINE DE FATIMA RIBEIRO PEREIRA	001/2021
991202 - AUX. DE SALA	263º	NATALIA DA SILVA	001/2021



CARGO	CL	NOME	EDITAL
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	453º	MAIARA DA VEIGA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	454º	LISIA BRASIL RIVATTO	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	455º	MARTA SARAMENTO	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	456º	KATIUSCI HABITZREUTER	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	457º	ALESSANDRA COSTA DOS SANTOS DA SILVA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	458º	GISELE WISBECKI SILVA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	459º	DAIANE DE FATIMA GODOY	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	460º	ADILES APARECIDA RODRIGUES	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	461º	ANDREA PADILHA PEREIRA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	462º	JESSICA DA SILVA SILVA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	463º	VALDEMARA IVALETE MANARICK TOFOLO	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	464º	ORILENE DO SOCORRO OLIVEIRA PALHA	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	465º	BETICLEIA MOURA GONCALVES	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	466º	GRASIELE MARIA DOS SANTOS	001/2021
1115 - PROF. DE EDUC. INFANTIL	467º	ROSEMARY DE SOUZA FELICIANO	001/2021

CARGO	CL	NOME	EDITAL
991197 - PROF. DE INGLÊS	3	PRISCILA MAIO NESCI	010/2023

CARGO	CL	NOME	EDITAL
1148 - PROF. DE PORTUGUÊS	18	JACQUELINE KRANKOSKI PAGANINI	002/2023
1148 - PROF. DE PORTUGUÊS	19	ROBERTO MAGALHÃES	002/2023
1148 - PROF. DE PORTUGUÊS	20	JONAS WILLIAM SANTOS R. DA SILVA	002/2023

Relação dos Documentos na próxima página...



APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

- Comprovante de Regularização do CPF junto a Receita Federal https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
- Carteira de Identidade (RG) (atualizada)
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Comprovante de endereço (atualizados);
- Certidão de nascimento dos filhos e CPF de cada filho (Se não tiver CPF, deverá ser providenciado)
 - Apresentar freqüência escolar;
 - o Menor de 5 anos, apresentar cópia da Carteirinha de Vacinação e Atestado de frequência escolar.
- Carteira de Trabalho (frente e verso) da parte de identificação e nº PIS/PASEP;
- Carteira de Motorista (CNH) para os cargos de motorista com categoria conforme exigida no Edital;
- Resultado do Exame Toxicológico (dentro dos últimos 90 dias, contados a partir da data da coleta. (Somente para o cargo de Motorista, categorias C, D e E); Cfe CTB Lei 9.503, Art. 148-A, § 1º e 2º;
- Certidão relativa à Quitação Eleitoral emitido pelo TRE ou pelo site
 http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo, conforme Edital;
- Registro no Órgão de Classe Competente do estado de SC quando houver (Carteirinha CRM, Coren, CRO, CREAs, CREFI, etc...); Caso não esteja registrado em SC, deverá apresentar Declaração de transferência emitida pelo órgão de classe;
- Registro da(s) Especialidades no Órgão de Classe quando necessário; (ex. Médicos Especialistas...)
 (Declaração do Registro pelo Conselho, em papel Timbrado ou o carimbo na carteirinha);
- Declaração de bens (Modelo Anexo);
- Carteira de Reservista ou Documento de quitação de obrigação Militar (até 45 anos de idade);
- Declaração de não acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei. (Modelo Fornecido no RH).
 Em caso de acúmulo de outro cargo público, apresentar documento oficial do órgão em que trabalha, com a compatibilidade de horário;
- 01 Foto 3x4 recente;
- Certidão de Antecedentes Criminais Fórum de qualquer cidade ou pelos sites www.tjsc.gov.br ou www.dpf.gov.br (este site deve ser acessado pelo navegador Mozilla/Firefox);
- Declaração de Encargos de Família para Fins de Imposto de Renda (Modelo anexo); (cópia RG e CPF de todos os dependentes no Imposto de Renda);
- Qualificação Cadastral https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml
- Comprovante de Vacinação da Covid-19 ou Laudo médico sobre impossibilidade da vacinação;
- Exame Admissional (Será realizado pelo Médico do Trabalho no RH da Prefeitura)



DECLARAÇÃO NÃO ACUMULATIVA DE CARGO

Eu,	, (Nacionalidade)
, (Estado Civil)	(inscrito (a) no
CPF sob o nº	_, declaro para os devidos fins de direito, a
quem possa interessar que não possuo outr	o cargo público que não possa acumular nos
termos da Constituição Federal de 1988.	
Declaro, portanto, não ter nenhum impe	edimento legal para exercer a função de
	e me disponho a cumprir todas as
determinações legais responsabilizando-me	civil e criminalmente pela veracidade das
informações ora prestadas.	
Itapema, de	_de 20

Assinatura



DECLARAÇÃO DE BENS

NOME COMPLETO:						
PF: ESTADO CIVIL:						
CARGO:						
5						
Declaro, nos termos da Lei, que nes	ta data, possu	o os seguintes bens:				
() Não possuo bens a declarar.						
() Possuo bens a declarar, confo	rme segue aba	IXO:				
IMÓVEIS						
Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual			
VEÍCULOS						
Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual			
OUTROS – APLICAÇÕES FINANC	EIRAS					
FONTES DE RENDA						
Itapema,//						
	Assinatura					



DECLARAÇÃO DE ENCARGOS DE FAMÍLIA PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

EMPRESA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA CNPJ: 82.572.207/0001-03

ENDEREÇO: AV. NEREU RAMOS, 134 – CENTRO - ITAPEMA

Em obediência à legislação do Imposto de Renda — **Dec. 3000/99 e IN RFB 1.500/14** — informo que tenho como encargo de família, as pessoas abaixo relacionadas:

DEPENDENTES CONSIDERADOS COMO ENCARGO DE FAMÍLIA

APRESENTAR CÓPIA DO RG OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DE CADA DEPENDENTE

		DEPENDE	N٦	Œ		
Nome Completo dos Dependentes		Tipo de Dependente		Código eSocial	Data Nascimento	CPF
Declaro sob as nenas	da lei	 , que as informações aqui	i n	restadas são v	verdadeiras e de	n minha inteira
· ·		à empresa/órgão qualquer				
DECLARANTE:						
CPF:						
ESTADO CIVIL:						

ENDEREÇO:	
CIDADE:	
(local e data):	
(rocar c data).	
Assinatura:	Ciente do Cônjuge (*):
(*) o ciente do cônjuge é obrigatóri	o no caso de dependentes em comum – IN RFB 1.500/14 artigo 90, parágrafo 6º.
*** Sempre que houver alterac	ão esta declaração deve ser renovada pelo trabalhador ***

	Tabela 07 -Tipos de Dependente do eSocial (versão leiaute 2.4)				
Cód.	Descrição				
01	Cônjuge				
02	Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos ou possua Declaração de União Estável				
03	Filho(a) ou enteado(a)				
04	Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau,				
06	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial				
07	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, universitário ou cursando escola técnica de2º grau, do(a) qual				
	detenha a guarda judicial				
09	Pais, avós e bisavós				
10	Menor pobre do qual detenha a guarda judicial				
11	A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador				
12	Ex-cônjuge				
99	Agregado/Outros				



IN RFB 1.500/14

Art. 90. Podem ser considerados dependentes:

I - o cônjuge;

- II o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de 5 (cinco) anos, ou por período menor se da união resultou filho;
- III a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 (vinte e um) anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- IV o menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;
- V o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 (vinte e um) anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- VI os pais, os avós ou os bisavós, desde que não aufiram rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;
- VII o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.
- § 1° As pessoas elencadas nos incisos III e V do caput podem ser consideradas dependentes quando maiores até 24 (vinte e quatro) anos de idade, se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de 2° (segundo) grau.
- § 2º Os dependentes comuns podem, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.
- § 3º No caso de filhos de pais separados, o contribuinte pode considerar, como dependentes, os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.
- § 4º O responsável pelo **pagamento a título de pensão** alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública, **não pode efetuar a dedução do valor correspondente a dependente**, exceto na hipótese de mudança na relação de dependência no decorrer do ano-calendário.
- § 5º É vedada a dedução concomitante de um mesmo dependente na determinação da base de cálculo de mais de um contribuinte, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário.
- § 6º Para fins de desconto do <u>imposto na fonte</u>, os beneficiários devem <u>informar à fonte pagadora</u> os dependentes a serem utilizados na determinação da base de cálculo, <u>devendo a declaração ser firmada por ambos os cônjuges</u>, no caso de dependentes comuns.
- § 7° Na DAA pode ser considerado dependente aquele que, no decorrer do ano-calendário, tenha sido dependente do outro cônjuge para fins do imposto mensal, observado o disposto no § 5° .
- § 8º Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se também dependente o companheiro ou companheira de união homoafetiva.

Art 91 – (...)

§ 3º As despesas de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda **na declaração**, observado o limite previsto no art. 23.